

RELATO DE PESQUISA

A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS ANTIDEMOCRÁTICOS NO GOVERNO BOLSONARO: ANÁLISE DA FALA DE ABRAHAM WEINTRAUB EM REUNIÃO MINISTERIAL

Gabriel do Nascimento SANTANA  

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central descrever e analisar os mecanismos sociointeracionais empreendidos na fala do ex-ministro da educação Abraham Weintraub durante reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, visando a desvelar em sua fala os modos pelos quais o sujeito desse discurso ratifica uma identidade coletiva de um grupo ideologicamente alinhado ao bolsonarismo. O aparato teórico deste estudo se baseia primordialmente nos conceitos gerais da Sociolinguística Interacional e da Análise da Conversação, tomando como fenômenos centrais a sociocognição como processo retórico-discursivo e as estratégias de (im)polidez como recursos de categorização e identificação cultural. Para a composição dos dados de análise, utilizou-se a transcrição oficial da Justiça Federal e vídeo publicado na íntegra pelo veículo jornalístico UOL. Adotamos uma postura etnometodológica acerca dos dados, voltada para a estruturação da “ação social” nas interações cotidianas (GARFINKEL, 1967). Pretendeu-se, assim, investigar não apenas estruturas linguísticas, mas principalmente o que os participantes estão fazendo na interação e como eles sinalizam textual-discursivamente o que estão fazendo. Concluiu-se que o discurso de Weintraub promove uma anulação da diversidade cultural brasileira e o enfraquecimento das instituições democráticas da República por

OPEN ACCESS

EDITORES

- Miguel Oliveira Jr. (UFAL)
- René Almeida (UFS)

AVALIADORES

- Renato Basso (UFSCAR)
- Luisandro Mendes (UFPR)

DATAS

- Recebido: 18/08/2021
- Aceito: 03/09/2021
- Publicado: 05/11/2021

COMO CITAR

SANTANA, G. N. (2021). A construção de discursos antidemocráticos no governo Bolsonaro: análise da fala de Abraham Weintraub em reunião ministerial. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4, e542.

meio de estratégias sociointeracionais de (im)polidez que constroem um apelo retórico-discursivo e narrativo em torno de uma suposta identidade coletiva bolsonarista.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to describe and analyze the social-interactive mechanisms used in the speech of the former minister of education Abraham Weintraub during a ministerial meeting on April 22, 2020, aiming to unveil in his speech the ways in which the subject of this speech ratifies a collective identity of a group ideologically aligned with the Bolsonaro government. The theoretical apparatus of this study is primarily based on the general concepts of Interactional Sociolinguistics and Conversation Analysis, taking as central phenomena social cognition as a rhetorical-discursive process and (im)politeness strategies as resources of categorization and cultural identification. For the composition of the analysis data, the official transcript of the Federal Court and a video published in full by the journalistic vehicle UOL were used. We adopt an ethnomethodological stance on data, aimed at structuring “social action” in everyday interactions (GARFINKEL, 1967). It was intended, therefore, to investigate not only linguistic structures, but mainly what the participants are doing in the interaction and how they textually-discursively indicate what they are doing. It was concluded that Weintraub's discourse promotes an annulment of Brazilian cultural diversity and the weakening of the democratic institutions of the Republic through socio-interactive strategies of (im)politeness that build a rhetorical-discursive and narrative appeal around a supposed collective identity aligned to Bolsonaro values and ideas.

PALAVRAS-CHAVE

Governo Bolsonaro; Abraham Weintraub; análise da interação verbal; pragmática; estudos da (im)polidez.

KEYWORDS

Bolsonaro government; Abraham Weintraub; verbal interaction analysis; pragmatics; (im)politeness studies.

INTRODUÇÃO

No dia 24 de abril de 2020, o ex-juiz federal Sérgio Moro se demitiu do cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. Ao apresentar publicamente o seu pedido de demissão, Moro denunciou que o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, teria tentado intervir na Polícia Federal e em outros órgãos de segurança pública que, constitucionalmente, não se subordinam ao poder executivo. O ex-ministro, nesse mesmo pronunciamento, alegou como prova de interferência as falas de Bolsonaro em reunião ministerial ocorrida dois dias antes, no dia 22 de abril de 2020 (cf. Referências).

Após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello quebrar o sigilo da reunião, em 23 de maio de 2020, para além das falas do presidente, os discursos de outros participantes da reunião também escandalizaram a opinião pública. Dentre todos, um caso particularmente grave foi a fala do então ministro da educação Abraham Weintraub, que, pela sua fala, passou a ser investigado criminalmente pelo STF, por fazer apologia à prisão arbitrária de opositores políticos e de ministros do próprio Supremo (cf. Referências).

Apesar da repercussão dos posicionamentos de Weintraub, a Presidência da República manteve, inicialmente, seu apoio ao Ministério da Educação e reforçou seu alinhamento político às ideias de Abraham Weintraub (cf. Referências). Esse alinhamento entre Weintraub e Jair Bolsonaro do início de 2019 até a sua saída do cargo, em maio de 2020, nos permite questionar e levantar como pergunta-problema de pesquisa: no nível das práticas textual-discursivas, o governo Bolsonaro reproduz e se alinha a propostas antidemocráticas?

Assume-se como hipótese, neste trabalho, que uma análise linguístico-textual do discurso de Abraham Weintraub na reunião em questão pode delinear algumas posições discursivas mais amplamente sustentadas por toda a base do atual Governo Federal. Tem-se como objetivo central, de tal modo, descrever e analisar os mecanismos sociointeracionais empreendidos pelo ex-ministro da educação, desvelando em sua fala os modos pelos quais o sujeito desse discurso ratifica uma identidade coletiva de um grupo mais amplo que si próprio, um *ethos* bolsonarista.

É importante enfatizar, no entanto, que este estudo se trata de um recorte pontual das produções discursivas apresentadas publicamente pelos integrantes do governo de Jair Messias Bolsonaro. Para tal recorte, adota-se uma visão de linguagem enfocada na interação verbal como processo atravessado pela cognição social dos participantes envolvidos na situação comunicativa (GUMPERZ, 1982).

1. A INTERAÇÃO VERBAL ENQUANTO PROCESSAMENTO SOCIOCOGNITIVO

A noção de interação verbal tem sido fundamental para os estudos linguísticos que visam a compreender as fronteiras e as transformações do debate “internalismo” vs. “externalismo” em diversas áreas da Linguística. Assim, o surgimento do interacionismo na Linguística representou uma reação de teorias externalistas contra o inatismo e o formalismo que dominavam a ciência da linguagem até meados do século XX (LEVINSON, 1983).

O termo “interação” apresenta os componentes *inter-*, que manifesta uma ideia de influência recíproca, e *-ação*, que constrói uma noção de prática ou movimento. Juntos, esses componentes denotam uma prática ativa compartilhada de forma mútua e reflexiva (MORATO, 2011). Tendo em vista a extensa margem de significação que esse termo poderia ter, Vion (1992) alerta que, nos estudos linguísticos, essa palavra não se refere, por exemplo, a transações financeiras, jogos amorosos ou lutas de boxe, nem tampouco se restringe apenas às trocas conversacionais. Junto a isso, o autor considera que a noção de interação verbal é capaz de indicar que toda ação por meio da linguagem não é nunca ideologicamente neutra e se submete a regras estabelecidas histórica e culturalmente.

Diferentes teóricos se debruçaram sobre a tarefa de delimitar o fenômeno da interação verbal. A construção teórica resultante desse processo nos trouxe a percepção atual de que toda atividade social, em maior ou menor nível, sempre coloca em jogo a ordem da linguagem, mesmo que de forma indireta ou por meio de recursos paraverbais (MORATO, 2011). É por essa razão que muitas das linhas de estudo interacionistas abordam aspectos diversos da organização social, que vão muito além da imanência do sistema linguístico.

Nesse sentido, faz-se relevante compreender os mecanismos linguísticos e extralinguísticos que regem e organizam essas práticas que colocam em jogo a “ordem da linguagem”. Sob esse ponto de vista, Marcuschi (2003) argumenta que a interação verbal não é uma atividade caótica, nem aleatória, mas ordenada, coordenada e intencional. O interesse por tal ordenação originou, no decorrer do século XX, diferentes abordagens teóricas. Trataremos, a seguir, da abordagem geral que adotaremos neste trabalho.

1.1. VERTENTES PRAGMATICISTAS DE ESTUDO DA INTERAÇÃO VERBAL

Muito do que conhecemos hoje acerca do interacionismo na Linguística se construiu por meio do contato com conceitos extraídos da teoria dos atos de fala, de autores

como John Austin e John Searle, da psicologia social e do interacionismo simbólico, de autores como George Mead e Erving Goffman, da fenomenologia social, de Alfred Schütz, da etnometodologia, de Harold Garfinkel, e da etnografia da comunicação, de autores como Dell Hymes e John Gumperz. Muito do que se entende hoje por Pragmática Conversacional, Análise da Conversação (AC) e Sociolinguística Interacional (SI) é, em grande parte, derivado desses movimentos interdisciplinares realizados desde os anos 1960.

Essas correntes de pesquisa derivadas das abordagens pluridisciplinares pragmaticistas tendem a explorar os mais diversos recursos de linguagem paraverbal e não verbal. A exemplo disso, Goffman (1981) destaca uma variedade de práticas que não se inscrevem nos limites estritos da fala por si só, como a gesticulação, a postura corporal e a expressão facial. Dessa maneira, o contexto interativo se constrói em função das particularidades dos sujeitos nele envolvidos e da qualidade de suas interações no curso de uma determinada situação social.

Este artigo se ampara essencialmente nos preceitos teóricos de autores da Pragmática, da AC e da SI para desenvolver a noção teórica de (im)polidez. Nessas áreas, há em comum uma visão de interação na qual a ênfase de estudo está não naquilo que é dito por si só, mas especialmente naquilo que os participantes “estão fazendo”, nas estratégias comunicativas em jogo (SACKS, 1992). Trata-se, assim, de um interesse nos métodos pelos quais os participantes constroem a interação e ratificam a própria “situação social” em que estão envolvidos (GOFFMAN, 1964).

Essa postura fenomenológica sobre os eventos comunicativos se concatena, em certos pontos, com a visão de “fenômeno social” defendida por Maturana e Varela (1995) para tratar da linguagem como conhecimento compartilhado sociocognitivamente pelos sujeitos de uma mesma sociedade. Para os autores, de modo semelhante às teorias conversacionais, o fenômeno da comunicação não depende do que se fornece, mas sim do que acontece entre os sujeitos de um “acoplamento de terceira ordem” – tal como uma interação verbal.

1.2. A SOCIOCOGNIÇÃO COMO PRINCÍPIO DA SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL

Criticando uma aproximação da Sociolinguística tradicional com estudos formalistas, Gumperz (1982) declara que, para entendermos o papel da linguagem nos processos sociais em geral, “precisamos entender como os signos linguísticos interagem com o *conhecimento social em discurso*” (p. 29, grifo nosso)¹. Para tanto, o teórico defende que

¹ Trecho original: “[...] we need to begin with a closer understanding of how linguistic signs interact with social knowledge in discourse” (tradução nossa).

as categorias “social” e “linguística” não devem se estabelecer uma sobre a outra, sendo necessária uma teoria sociolinguística que leve em conta as funções comunicativas da variabilidade linguística.

Essa teoria sociolinguística proposta por Gumperz pressupõe que todo processo comunicativo, em algum nível, possui motivações e propósitos interacionais particulares, que se traduzem na noção de “estratégias discursivas”. A diversidade linguística é, então, mais do que uma questão de comportamento; é um recurso comunicativo nas interações verbais do dia a dia. Tais estratégias implicam o compartilhamento de um conjunto de informações internalizadas que são fundamentais para a manutenção do envolvimento conversacional e para a persuasão do outro. Para categorizar eventos, inferir intenções e apreender expectativas sobre o que poderá ocorrer em seguida, os interlocutores se baseiam em “estereótipos” relativos às diferentes maneiras de falar, que funcionam como esquemas mentais, que organizam a interação e regem as interpretações dos participantes acerca de um evento comunicativo.

Desde a sua fundação, a SI possui alicerces claros na psicologia social e, em especial, nas teorias da sociocognição, para as quais a interação verbal é entendida como um fenômeno sempre atravessado pela construção social do pensamento, que está vinculado aos conhecimentos adquiridos e compartilhados socialmente no interior de uma cultura (VYGOTSKY, 2001). Nesse sentido, os eventos comunicativos são categorizados pelos falantes através de esquemas mentais, em diferentes “tipos de atividade”: a unidade básica de interação, pela qual os sentidos são restringidos, não de modo estático, mas em um processo dinâmico negociado entre os participantes (GARCEZ; OSTERMANN, 2002).

É através de vários traços presentes na estrutura de superfície das mensagens – os traços linguísticos – que os interlocutores sinalizam e interpretam qual é o tipo de atividade que está ocorrendo e como o conteúdo semântico deve ser entendido. Tais traços são denominados por Gumperz (1982) como “pistas de contextualização”, a principal ferramenta de análise para um sociolinguista de linha sociointeracional. As “pistas de contextualização” nos permitem, assim, acessar e analisar as diferentes estratégias discursivas em jogo na situação imediata de interação.

O tipo de atividade em que os interlocutores se inserem em dada situação social orienta cada indivíduo a seguir determinados “enquadres interativos” e “esquemas de conhecimento”. Segundo Tannen e Wallat (2002), os quadres e esquemas são “estruturas de expectativa”, sendo reservadas ao termo quadro as características antropológicas e sociológicas da interação, enquanto que o esquema se refere aos processos cognitivos que subjazem os conhecimentos do interagente, explicados em termos psicológicos.

Essas categorias se aplicam, com efeito, à perspectiva de Tomasello (2019) a respeito das identidades dos sujeitos de um mesmo grupo social, que são simbolicamente reproduzidas como valores ou normas tácitas que definem e restringem a intersubjetividade das práticas sociais cotidianas desse grupo. Isso também significa, em outros termos, que nossos comportamentos em sociedade são regidos por “estruturas de expectativa”.

2. O PROCESSAMENTO DA INTERAÇÃO VERBAL NOS MECANISMOS DE (IM)POLIDEZ

Um dos avanços mais marcantes nos estudos sobre linguagem e interação verbal foi a percepção do funcionamento da polidez dentro das situações de conversação. Atualmente, há a compreensão dentro dos estudos da análise da conversação de que é impossível detalhar de forma integral o que ocorre nas trocas comunicativas sem levar em conta alguns princípios relacionados à polidez (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

Temos hoje muitas propostas de classificação dos estudos sobre a polidez e a impolidez. Fraser (1990) e Bousfield (2008) elaboraram categorizações que são levadas em consideração por ampla parte dos pesquisadores da área. Utilizaremos, no entanto, a classificação realizada por Barros (2017), que toma como base as discussões desenvolvidas sobretudo em Eelen (2001) e na coletânea de Watts, Ide e Ehlich (2005), defendendo assim uma divisão em três grandes grupos: (i) polidez como forma de evitar conflito; (ii) polidez como princípio conversacional; (iii) polidez como indexador cultural.

Dentro da primeira classificação, temos como modelo mais notório o postulado teórico produzido por Brown e Levinson (1987 [1978]), que entendem a polidez como normas governadas por questões que envolvem a face positiva (os valores sociais bons ou ruins que atribuímos a nós mesmos e aos outros), e a face negativa (o território de desejos e possibilidades de ação no mundo). Tomando o princípio da cooperação de Grice (1975) como central nesse modelo teórico, os autores consideram que alguns atos ilocucionários são atos de ameaça à face e, no momento de sua atualização, os participantes da interação devem buscar estratégias para atenuar tais ameaças para que, assim, as regras de polidez não sejam “violadas”.

Já na segunda classificação, há “um deslocamento do foco em relação aos trabalhos seminiais: a polidez e suas estratégias não são mais vistas como propriedades inerentes ao texto do falante” (BARROS, 2017). Nessa perspectiva, há o ganho de se entender a polidez dentro de um mesmo contínuo que a impolidez, esta não sendo mais ignorada nesta segunda classificação e não se opondo mais essas duas noções de forma dicotômica. Além de Spencer-Oatey (2005), que entende que a polidez deve ser

investigada no âmbito de seu contexto social e psicológico, o trabalho de Fraser e Nolen (1981) também se enquadra nessa classificação. Estes autores entendem que a polidez é uma questão de permanecer dentro dos termos do contrato conversacional que está em jogo na interação. Desse modo, apenas a impolidez é percebida como transgressão à norma contratual.

Por fim, na terceira classificação, é possível exemplificar trabalhos como os de Ide (1989) e Blum-Kulka (2005), que compreendem a (im)polidez como um comportamento definido e determinado pela cultura. Blum-Kulka considera a polidez como um trabalho que envolve as faces, mas também incorpora à sua teoria as noções centrais de “normas culturais”, o que quer dizer que as formas pelas quais as faces são preservadas são sempre culturalmente moldadas por certos *scripts*. Para Watts (2003), sob essa perspectiva, passa a ser central o conceito de “comportamento político”, que diz respeito a uma forma não marcada de comportamento que equivale ao que é convencionalmente apropriado. Dessa forma, a polidez passa a ser considerada um desvio positivo dentro da interação e o comportamento não político (a impolidez) é visto como um desvio negativo.

A proposta de aparato teórico aqui proposta envolve uma mescla de conceitos presentes em todas as três classificações: quanto à primeira, são importantes as noções de construção e preservação das faces de um grupo; da segunda classificação, é fundamental o entendimento de que polidez e impolidez são princípios que regem toda e qualquer relação interpessoal, como um acordo entre os pares; quanto à terceira classificação, enfocaremos os aspectos cultural e sociocognitivo da (im)polidez. Neste apanhado de conceitos, os comportamentos (im)polidos são entendidos também como um modo pelo qual são transmitidos socialmente e perpetuados valores culturais entre membros de uma mesma filiação ideológica. Desse modo, cabe aqui a ideia de que “configurações comportamentais são adquiridas ontogenicamente na dinâmica comunicativa de um meio social e mantidas estáveis através de gerações” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 225).

Para este artigo, é muito cara a conceituação que Spencer-Oatey (2005) faz ao afirmar que os enunciados não são polidos ou impolidos de maneira prévia ou imanente, mas são, na verdade, percebidos pelos interlocutores presentes na interação como polidos ou não. É por esse motivo que se faz necessário buscar interpretar quais seriam as bases das percepções dessas estratégias, que se traduzem pelo conceito de “expectativas de comportamento”, conceito que se apresenta de forma dinâmica na interação, e não diretamente vinculada a mecanismos linguístico pré-determinados de modo mecânico.

Para essa noção de “expectativa”, que se aproxima dos conceitos de esquema e *script*, faz-se fundamental compreender que a cognição social humana se constrói por meio de *símbolos linguísticos*, que, por sua vez, “não se baseiam em experiências

sensoriais ou motoras diretas, [...] mas nas várias maneiras como os indivíduos *escolhem interpretar as coisas*” (TOMASELLO, 2019, p. 11-12, grifos nossos).

As “expectativas de comportamento” estão ligadas aos princípios da “equidade” e do “envolvimento”. O princípio da equidade se constitui da crença fundamental dos interlocutores de que eles devem ter a consideração pessoal dos outros e devem ser tratados de forma justa (SPENCER-OATEY, 2005). Já os mecanismos de envolvimento, ou de sua ausência, se efetuam por meio de elementos como proximidade, discurso indireto e omissão de informações – elementos que, segundo Tannen (1984), tem a ver com a forma pela qual um sujeito se endereça aos seus interlocutores em uma relação interpessoal.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados de análise aqui explorados são todos advindos da fala do ex-ministro da educação Abraham Weintraub na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, citada na introdução deste trabalho. Ou seja, nosso *corpus* de pesquisa se resume estritamente aos 4 (quatro) minutos e 54 (cinquenta e quatro) segundos em que ocorrem o discurso de Weintraub. Todas os excertos de transcrição aqui expostos foram extraídos da transcrição oficial apresentada pela Justiça Federal (cf. Referências). Para o estudo dos aspectos prosódicos, paraverbais e não verbais na fala em questão, utilizamos como material de análise, o vídeo de YouTube publicado na íntegra, no mesmo dia da liberação judicial da gravação, no canal oficial do veículo jornalístico UOL (cf. Referências).

É relevante destacar que adotamos uma postura etnometodológica acerca dos dados, pretendendo investigar não apenas as estruturas linguísticas/gramaticais que os participantes utilizam para se comunicar por si só, mas principalmente: (a) o que é que esses participantes “estão fazendo” nesse tipo de interação; (b) “como” eles estão sinalizando textual-discursivamente o que estão fazendo. Esse “estar fazendo” aponta justamente para a preocupação da etnometodologia com a estruturação da “ação social” – com organização dos etnométodos – nas interações cotidianas (GARFINKEL, 1967), em vez de um olhar unicamente voltado para a organização linguístico-textual da conversação.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Discorreremos a seguir a respeito de alguns excertos da fala de Abraham Weintraub que evidenciam a construção de um percurso retórico calcado em estratégias de construção de uma face positiva para si mesmo e para membros de uma mesma filiação ideológica,

ao mesmo tempo em que se ameaça a face positiva de “inimigos” ideológicos. Tais estratégias de construção, preservação e ameaça de faces estabelecem consigo um percurso textual que também é narrativo: uma perseguição ideológica ao sujeito falante (subseção 4.1); perseguição essa que pressupõe a existência de supostos inimigos (subseção 4.2); inimigos esses que ameaçam a integridade de uma identidade nacional homogênea (subseção 4.3); ameaça essa que só pode ser combatida por um projeto radical de nação pautada em um ideal de “liberdade” (subseção 4.4). A ordem dos excertos a seguir não diz respeito à cronologia da fala do ex-ministro, mas concerne à organização retórica discursivamente engendrada pelo autor da fala em questão.

4.1. A PERSEGUIÇÃO E A GUERRA IDEOLÓGICA

Excerto 1

“Me ferrei, na física. Ameaça de morte na universidade. E o que me fez, naquele momento, embarcar junto era a luta pela ... pela liberdade.” (01:23:53 – 01:24:07)

Excerto 2

“Eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro. Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil.” (01:25:51 – 01:26:09)

Com as expressões “ameaça de morte”, “monte de processo” e “me ferro/ei”, o enunciador projeta para si mesmo uma narrativa de perseguição política por parte de opositores. Para esse enunciador, essa suposta perseguição teria origem no fato de que ele não pretende “jogar o jogo” da política republicana tradicional, teria origem em uma interdição da sua “luta pela liberdade”. Veremos mais à frente que tal noção de “liberdade”, aliás, é fulcral para a construção discursiva de uma identidade ideológica atribuída pelo enunciador a si mesmo e ao governo Bolsonaro. Junto a esses itens lexicais, o adjetivo “único” reforço a visão de que ele, o enunciador, é particular e especialmente importunado pelo *status quo*, mais que qualquer outra pessoa, justamente pelo seu trabalho como agente transformador em uma suposta guerra contra forças políticas opostas ideologicamente.

É relevante, do ponto de vista interacional, a utilização, por parte de Weintraub, de uma entonação crescente a cada palavra, em ambos os excertos, especialmente no início das orações. Essa entonação dada a cada palavra age de modo contrário ao percurso fonológico padrão das palavras em língua portuguesa quando se produz sequências textuais assertivas, expositivas e/ou argumentativas. Tal recurso prosódico provoca um ritmo de fala pausado e pontuado, em ambos os excertos, dando ênfase a cada parte do que fala – pausas essas que são notadas e destacadas pela transcrição do portal de notícias UOL, que demarca tal ritmo pelo uso seguido de muitos sinais de ponto final.

Em consonância a esses mecanismos fonético-fonológicos sendo utilizados de maneira retoricamente estratégica, o ex-ministro apresenta um tom de voz elevado ao pronunciar “liberdade”, ao fim do Excerto 1, e termina essa parte da fala movendo seu rosto e seu olhar de um lado para o outro da sala, aparentemente tentando encarar todos os que estão no ambiente da reunião. Interpreta-se aqui que todos esses mecanismos paraverbais e não verbais imprimem, nesse ato de elocução pública, um efeito retórico de apelo, pedido de ajuda ou até mesmo socorro à suposta causa (“luta”) que está se perdendo.

Nesses excertos, nota-se a utilização de estratégias de polidez voltadas para a construção da face positiva do próprio enunciador (um “eu”) – isto é, direcionadas para os próprios valores identitários “positivos” que o ex-ministro atribui a si mesmo ao suposto grupo ideológico do qual faz parte e o qual ele acredita representar fielmente. Nessa construção discursiva, o autor da fala se caracteriza como um sujeito cuja causa é justa e revolucionária. O vocábulo “luta pela liberdade” é, de tal modo, termo categorizador do *script* assumido pelo enunciador para o seu fazer político. Já os “processos” movidos contra si são categorizados em esquemas mentais congruentes à percepção de uma perseguição política.

4.2. A CONSTRUÇÃO DE SUPOSTOS INIMIGOS

Excerto 3

“Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF.” (01:25:18 – 01:25:24)

Excerto 4

“A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o ... eu realmente tô aqui de peito aberto, como cês sabem disso, levo tiro ... odeio o partido comunista [da China] ... Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é ...” (01:26:09 – 01:26:33)

Segundo Levitsky & Ziblatt (2018), há atualmente uma tendência internacional nos discursos de extrema-direita de revitalizar uma guerra ideológica – geralmente contra o “comunismo” –, guerra essa que se alimenta de teorias conspiratórias e enfraquece instituições democráticas e republicanas. Para sustentar uma teoria conspiratória de guerra ideológica, aos moldes de uma guerra fria, é necessário constituir inimigos palpáveis na própria realidade imediata. E é precisamente essa a estratégia discursiva do ex-ministro Weintraub logo após apresentar sua visão de perseguição e guerra ideológica.

O item lexical “vagabundos” encapsula em sua carga semântica não só o “STF”, mas todos os opositores políticos que representam, para o enunciador, uma ameaça à sua visão de “liberdade”, que representam um risco de “perseguição”. O termo

“vagabundos” é, assim, categorizado sob o esquema mental “inimigos”, que é reforçado por uma macroteoria conspiratória de colonização do Brasil por parte do “Partido Comunista da China”. As expressões “lutar”, “peito aberto” e “levo tiro” anaforicamente retomam uma concepção bélica de política, que visa a confrontar essa suposta colonização (“Esse país não é”). Em outras palavras, tais expressões indicam a perspectiva do enunciador de que esses supostos inimigos devem ser combatidos, como veremos mais a frente, na subseção 4.4.

É de suma relevância notar, por meio dessa estratégia discursiva empreendida por Weintraub, que uma construção narrativa de que há em curso uma perseguição por parte de supostos inimigos precisa se sustentar na premissa fundamental de que existe um “nós” e um “eles”, situados em posições no mundo diametralmente opostas e inconciliáveis. Para tal construção político-discursiva, Stanley (2018) estabelece que os supostos adversários não devem ser humanizados e seus direitos devem ser relativizados, diminuídos – o contrário, nessa concepção, pode abrir margens para uma dominação social por parte desse(s) grupo(s) inimigo(s). Interpreta-se, neste trabalho, que é feita inferencialmente tal construção discursiva maniqueísta nesse momento da fala do então ministro da educação.

Especificamente no Excerto 4, é evidente uma expressão facial e corporal de frustração, com gesto de ombros abaixados e feição cabisbaixa, logo após o enunciador declarar “levo tiro”. Junto a essa expressão, o ex-ministro produz uma respiração profunda e longa, seguida de pausa, que sugere aos interlocutores irritação e impaciência sobre o tema discutido na fala em questão. A partir desse momento de fala, imediatamente após tais demonstrações e impaciência e frustração, o enunciador parece partir diretamente para uma postura retórica mais radical e incisiva, como notaremos a seguir nos Excertos 5 e 7.

A elaboração de um ponto de vista maquiavélico e maniqueísta acerca de opositores políticos e instituições basilares do funcionamento democrático de uma república, tal como o STF, evidencia o emprego deliberado, por parte do enunciador, de estratégias de impolidez voltadas para a construção da face positiva de adversários políticos – ou seja, voltadas para o estabelecimento de valores específicos de uma identidade social que o enunciador visa a imputar aos seus “inimigos”. Os elementos prosódicos e gestuais de frustração e impaciência reforçam o caráter deliberadamente impolido visado nesses Excertos 3 e 4. É arquitetada, de tal maneira, uma representação mental da identidade de um inimigo (um “eles”).

4.3. UMA IDENTIDADE NACIONAL HOMOGÊNEA

Excerto 5

“odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. O ‘povo cigano’. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. [...] tem que ser brasileiro, pô! [...] só pode ter um povo.” (01:26:33 – 01:26:54)

A construção de um inimigo em uma suposta guerra ideológica pressupõe também a existência de “aliados”, os quais apresentam uma “identidade nacional” que sintetiza os anseios de um grupo ideológico que preza pela dita “liberdade”. A representação mental que o enunciador concebe para tal identidade coletiva se faz latente no verbo “odeio”, flexionado sempre na 1ª pessoa do singular, revelando o caráter profundamente pessoal e faccioso que essa opinião tem para o enunciador. Ao condensar nesse campo lexical de “ódio” grupos como ciganos e indígenas, o autor nega a tais grupos o direito ao tratamento como cidadão, nega seus direitos humanos básicos, o que se evidencia como uma estratégia político-discursiva que está na base do que Stanley (2018) classifica como ideologias antidemocráticas e antirrepublicanas.

Esse item verbal – “odeio” – é repetido três vezes, em entonação ascendente, elevando o volume da voz a cada pronúncia desse vocábulo específico. Nesse momento, o enunciador também passa a movimentar as mãos de modo mais efusivo que anteriormente, manifestando maior irritação especificamente sobre esse tópico. Sua feição corporal e facial de desprezo e repulsa indicam uma inconformidade com a existência de tais grupos e comunidades. Interpreta-se, neste trabalho, que tal repulsa faz alusão à crença corrente no bolsonarismo de que existe uma identidade brasileira homogênea – representada pela lógica social de uma “família tradicional cristã”, tal como aponta Maranhão Filho, Coelho e Dias (2018).

Ao realçar com tal ênfase seu sentimento de “ódio” por grupos e comunidades divergentes de um padrão cultural supostamente “brasileiro”², o ex-ministro Abraham Weintraub manifesta uma representação mental da concepção de identidade nacional como produto homogêneo, estático e imutável. A demonstração de “ódio” (comportamento impolido) e a identificação com a categoria indexical “brasileiros” (comportamento polido) são, de tal modo, estratégias de (im)polidez voltadas para a construção da face positiva de um grupo de adeptos da mesma filiação ideológica que o enunciador (um “nós”). Em outras palavras, ao negar a existência digna de certos grupos diversos sob o rótulo de brasileiro, exclui-se e marginaliza-se aqueles que incomodam o *status quo* da ideologia hegemônica “tradicional cristã”. Assim, Weintraub é impolido com

2 Com base, por exemplo, no discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro, pode-se interpretar que o ex-ministro se refere à chamada “família tradicional brasileira” e seus valores morais “judaico-cristãos”.

grupos específicos para, inversamente, também ser polido com aqueles que se filiam ideologicamente a tais ideias excludentes e marginalizantes.

4.4. UM PROJETO POLÍTICO ANTI-ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS

Excerto 6

“É isso que o povo tá gritando. Não tá gritando pra ter mais Estado, pra ter mais projetos, pra ter mais ... o povo tá gritando por liberdade, ponto. [...] o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui.” (01:24:55 – 01:25:18)

Excerto 7

“E fico escutando esse monte de gente defendendo privilégio, teta. Tendeu? É isso. Negócio. Empréstimos. A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura.” (01:27:08 – 01:27:23)

Excerto 8

“E acabar com essa porcaria que é Brasília. [...] Eu tinha uma visão extremamente negativa de Brasília. Brasília é muito pior do que eu podia imaginar.” (01:24:11 – 01:24:25)

A caracterização de uma “identidade coletiva” que traduz os anseios ideológicos do enunciador contribui para a legitimação de uma proposta política que não parte de um “eu” isolado, mas de uma suposta “vontade geral da nação”, uma vontade que seria universal e inquestionável. No Excerto 6, nota-se que o termo categorizador “liberdade” é utilizado, nesse caso, como um “desejo patriótico”, encapsulando também representações mentais de um “povo” que exige tal liberdade, tendo em vista que “tá gritando” e “tá querendo” que sejam tomadas atitudes mais radicais e severas por parte do poder executivo.

É apenas próximo ao fim de sua fala que Abraham Weintraub explicita verbalmente o que entende por “liberdade”. No Excerto 7, a utilização do verbo “acabar” evidencia uma visão de liberdade que se insere no esquema mental do neoliberalismo econômico e, conseqüentemente, expõe uma proposta política que visa pôr fim à concepção de Estado nacional tal como está estruturado na Constituição Cidadã (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, cabe ressaltar que o tópico geral dessa reunião ministerial tinha como foco discutir a distribuição de recursos para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, com a possibilidade liberação de investimentos, empréstimos e linhas de crédito para as unidades federativas. Tendo isso em vista, a crítica do ex-ministro se direcionava ao próprio modo de organização do Estado democrático como um assegurador de direitos civis e da manutenção das instituições republicanas (BRASIL, 1988). Sob essa ótica, o Excerto 8, que ocorre logo ao início da fala, toma uma carga semântica ainda mais radical, tendo em vista que o enunciador revela como elemento impulsionador da sua carreira política a pretensão de “acabar com essa porcaria que é Brasília”.

O percurso retórico-narrativo construído nos Excertos 6, 7 e 8, nessa ordem, sugere que o projeto de nação almejado pelo bolsonarismo – a partir das representações e

esquemas mentais idealizados por Abraham Weintraub – compreende como única saída adequada para os supostos anseios da população brasileira seriam por meio de uma ruptura institucional. Tal lógica de ruptura é patente e clara no uso da expressão lexical “acabar”, no Excerto 8. Tal expressão se manifesta na fala do ex-ministro de modo acentuado, em entonação crescente, havendo uma pausa logo após tal vocábulo. Essa ocorrência prosódica indica uma relevância maior desse vocábulo em meio a esse trecho, o que aponta para uma evidência da proposta de resolução do bolsonarismo – aos moldes das representações mentais de Weintraub – para lidar com “eles”, os supostos inimigos da nação brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao projetar essa trama discursiva entre o “eu” e um suposto “nós”, o ex-ministro Weintraub não só visa a legitimar retoricamente uma proposta político-ideológica particular e partidária do bolsonarismo, como também propõe estratégias de envolvimento entre as faces negativas (os desejos) do “eu” e de um “outro”, sendo esse outro uma representação mental do “brasileiro padrão”, de uma nação cuja identidade homogênea anula as diversas formas de “ser brasileiro” em um país notavelmente marcado pela multiculturalidade.

Por outro lado, em meio à trama de desidentificação entre o “eu” e um “eles”, o discurso de Weintraub promove uma anulação da diversidade cultural brasileira e o enfraquecimento das instituições democráticas da República por meio de estratégias sociointeracionais de (im)polidez que constroem um apelo retórico-discursivo e narrativo em torno de uma suposta identidade coletiva bolsonarista. Tal identidade é estabelecida, nessa visão, partindo primordialmente da crença de que os interesses do “brasileiro padrão”, da família tradicional cristã, são diametralmente opostos à existência de supostos “inimigos” – isto é, todos os possíveis adversários ou entraves à ideologia bolsonarista, todos encapsulados sociocognitivamente em um único referente.

Com efeito, tais sentidos em prol de uma anulação de diversidade cultural dialogam diretamente com uma pretensão de enfraquecimento das instituições democráticas da República, as quais são atacadas não apenas no nível de um debate moral maniqueísta, mas também por meio do questionamento à necessidade de distribuição de recursos públicos fundamentais para um funcionamento civilizado do Estado democrático de direito. Entende-se, de tal modo, que a fala do ex-ministro Abraham Weintraub manifesta uma filiação ideológica bastante recorrente no contexto sócio-histórico atual deste país, que é pautada pelo incentivo à construção de discursos antidemocráticos como linguagem fundamental da extrema-direita brasileira.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Kazue Saito M. de. Perspectivas no estudo da polidez. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco [orgs.]. *Descortesia e cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 359-374.
- BLUM-KULKA, Soshana. The pragmatics of politeness in Israeli society. In: WATTS, Richard; IDE, Sachiko; EHLICH, Konrad (eds.). *Politeness in language: studies in its history, theory and practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 255-280.
- BOLSONARO defende Weintraub e pede calma para decidir se adia Enem. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/05/20/bolsonaro-defende-weintraub-e-pede-calma-para-decidir-se-adia-enem.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- BOUSFIELD, Derek. *Impoliteness in interaction*. Pragmatics and Beyond New Series. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University, 1987 [1978].
- EELLEN, Gino. *A critique of politeness theories*. Manchester: St. Jerome, 2001.
- FRASER, Bruce. Perspectives on politeness. *Journal of Pragmatics*, v. 14, n. 2, p. 219-236, 1990.
- FRASER, Bruce; NOLEN, William. The association of deference with linguistic form. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 27, p. 93-109, 1981.
- GARCEZ, Pedro; OSTERMANN, Ana Cristina. Glossário conciso da sociolinguística interacional. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro (orgs.). *Sociolinguística interacional*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 257-264.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.
- GOFFMAN, Erving. The neglected situation. *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, p. 133-166, dez. 1964.
- GOFFMAN, Erving. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.
- GRICE, Herbert Paul. Logic and conversation. In.: COLE, Peter; MORGAN, Jerry (eds.). *Syntax and semantics*, v. 3: speech acts. New York: Academic Press, 1975.
- IDE, Sachiko. Formal forms and discernment: two neglected aspects of universals of linguistic politeness. *Multilingua*, v. 8, n. 2-3, p. 223-248, 1989.
- ÍNTEGRA da reunião ministerial: assista ao vídeo completo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6cg5AAcijv4>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- INVESTIGADO pelo STF, Weintraub diz que deixará o Brasil o mais rápido possível. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/19/investigado-pelo-stf-weintraub-diz-que-deixara-o-brasil-o-mais-rapido-possivel.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.
- LEIA a íntegra da reunião ministerial de 22 de abril. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/confira-a-integra-da-degravacao-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1983.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Zahar, 2018.
- MARANHÃO FILHO, Eduardo M. de A.; COELHO, Fernanda M. F.; DIAS, Tainah B. 'Fake news acima de tudo, fake news acima de todos': Bolsonaro e o 'kit gay', 'ideologia de gênero' e fim da 'família tradicional'. *Correlatio*, São Paulo, v. 17, n. 2, dez. 2018.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 311-351.

SACKS, Harvey. *Lectures on conversation*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

SERGIO MORO pede demissão do Ministério da Justiça e denuncia interferência política na PF. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/04/24/sergio-moro-pede-demissao-do-ministerio-da-justica-e-denuncia-interferencia-politica-na-pf.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SPENCER-OATEY, Helen. (Im)Politeness, Face and Perceptions of Rapport: Unpackaging their Bases and Interrelationships. *Journal of Politeness Research*, v. 1, n. 1, p. 95-119, jul. 2005.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TANNEN, Deborah. *Conversational style: analyzing talk among friends*. New York: Ablex Publishing, 1984.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro (orgs.). *Sociolinguística interacional*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002 [1987]. p. 183-214.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

VION, Robert. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachette, 1992.

VYGOTSKY, Lev. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WATTS, Richard. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

WATTS, Richard; IDE, Sachiko; EHLICH, Konrad (eds.). *Politeness in language: studies in its history, theory and practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.